



A AGENDA INTERNACIONAL DOS DIREITOS LGBTI

Paula Celeste Da Silva Lino¹
Magno Klein²

RESUMO

Na primeira parte da pesquisa buscou-se fazer uma análise da agenda internacional dos direitos LGBTI no contexto dos países do Sul global (Angola, África do Sul, Moçambique, Brasil). As relações internacionais têm testemunhado nos últimos anos um crescente interesse em questões LGBTI em geral (Lind, 2014; Swiebel 2009), mas ainda existe uma defasagem nos processos políticos associados a essa agenda fora do contexto dos países desenvolvidos. A pesquisa de cunho qualitativo que se propõe a partir da iniciação científica para contribuir na formação e no crescimento de debates e bibliografias que foquem no estudo da agenda internacional dos direitos LGBTI. a promoção da agenda internacional dos direitos LGBTI foi em boa parte influenciada por indivíduos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. nessa dinâmica, os estados nacionais também foram atuantes, mas esse ativismo só ficaria mais evidente a partir dos anos 90. A agenda internacional dos direitos humanos é fortemente politizada e muitas vezes utilizada como cortina de fumaça para a defesa de outras pautas, a promoção dos direitos LGBTI também é contaminada pela politização e disputa com outros interesses pela prioridade na agenda de política externa dos estados.

Palavras-chave: AGENDA INTERNACIONAL; LGBTI; SUL GLOBAL; POLÍTICA EXTERNA.

Ex.Bolsista de Graduação em Relações Internacionais do PIBIC/FAPESB na UNILAB, Estudante de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PGPP/UFABC), Discente, siilvalino09@hotmail.com¹
Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), Professor Adjunto de Política Externa na Unilab/BA, Docente, magnoklein@gmail.com²



INTRODUÇÃO

A luta pela garantia de direitos à população LGBTI e o reconhecimento da diversidade sexual e das identidades de gênero é de longa data, apesar de ter ganhado visibilidade pública apenas mais recentemente se comparada a outras frentes, como a luta antirracista e os movimentos feministas.

A estratégia de promoção de tais direitos em organismos multilaterais é ainda mais tardia, contando poucas décadas, mas de evolução crescente. Ainda hoje, porém, a agenda LGBTI enfrenta grandes desafios para ser reconhecida como um tema legítimo pela maioria dos Estados nacionais, os atores mais relevantes do sistema internacional, e ainda é disputado nas arenas internacionais o entendimento de que a violência e a privação de direitos sofridas pela população LGBTI com base na orientação sexual ou identidade de gênero devem fazer parte da agenda internacional de direitos humanos.

Como parte da disputa, também têm atuado coalisões de forças conservadoras que buscam impedir o reconhecimento de tais direitos e defender posições regressivas, frequentemente brandindo a ideia de que estaria em risco o conceito tradicional de família (entendida como a relação entre um homem e uma mulher cis). Este projeto de pesquisa tem por objetivo analisar a evolução recente da promoção internacional dos direitos LGBTI nos fóruns multilaterais, em particular nos órgãos multilaterais de direitos humanos da Organização das Nações Unidas, colocando em evidência como essa mobilização ocorreu por parte dos países em desenvolvimento.

Se a agenda internacional de direitos humanos é fortemente politizada, a promoção dos direitos LGBTI também é contaminada pelas disputas políticas e por outros interesses estratégicos dos Estados nacionais. Pesquisas têm apontado uma polarização geopolítica entre grupos progressistas e conservadores, mas que escapa da simplificada dicotomia Norte promotor de direitos x Sul conservador autoritário (CORRALES, 2015). Certas regiões são mais progressistas na agenda LGBTI (como Europa e América Latina) e outras mais conservadoras (com destaque para o continente africano), mas novas pesquisas apontam a necessidade de um olhar mais complexo para essa problemática (IBRAHIM, 2015). Nesse sentido, o estudo de países específicos do Sul global pode trazer uma reflexão inovadora para essa agenda de pesquisa.

A luta pela garantia de direitos à população LGBTI e o reconhecimento da diversidade sexual e das identidades de gênero é de longa data, apesar de ter ganhado visibilidade pública apenas mais recentemente se comparada a outras frentes, como a luta antirracista e os movimentos feministas. A estratégia de promoção de tais direitos em organismos multilaterais é ainda mais tardia, contando poucas décadas, mas de evolução crescente.

Ainda hoje, porém, a agenda LGBTI enfrenta grandes desafios para ser reconhecida como um tema legítimo pela maioria dos Estados nacionais, os atores mais relevantes do sistema internacional, e ainda é disputado nas arenas internacionais o entendimento de que a violência e a privação de direitos sofridas pela população LGBTI com base na orientação sexual ou identidade de gênero devem fazer parte da agenda internacional de direitos humanos. Como parte da disputa, também têm atuado coalisões de forças conservadoras que buscam impedir o reconhecimento de tais direitos e defender posições regressivas, frequentemente brandindo a ideia de que estaria em risco o conceito tradicional de família (entendida como a relação entre um homem e uma mulher cis).

A ILGA não tem nenhum centro ou representante no país, isso dificultou um pouco, então resolvemos recorrer à análise de discursos dos dirigentes africanos nos encontros em relação aos direitos humanos e os direitos LGBTI. Em Angola existe apenas uma associação que tem lutado na busca dos direitos LGBTI, atravessando todo preconceito e discriminação que perpetua na sociedade. Apesar da nova lei que criminaliza a discriminação contra LGBTI, infelizmente não conseguimos nos comunicar com o responsável ou um membro da Associação Íris.



A promoção da agenda internacional dos direitos LGBTI foi em boa parte influenciada por indivíduos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nessa dinâmica, os Estados nacionais também foram atuantes, mas esse ativismo só ficaria mais evidente a partir dos anos 1990. Se a agenda internacional de direitos humanos é fortemente politizada e muitas vezes utilizada como cortina de fumaça para a defesa de outras pautas, a promoção dos direitos LGBTI também é contaminada pela politização e disputa com outros interesses pela prioridade na agenda de política externa dos Estados nacionais. Pesquisas sobre direitos humanos em geral e direitos LGBTI em específico têm revelado uma polarização geopolítica entre grupos progressistas e conservadores nas discussões internacionais, mas que escapa da simplificada dicotomia Norte promotor de direitos e Sul conservador autoritário. Certas regiões são mais progressistas na agenda LGBTI (como Europa e América Latina) e outras mais conservadoras (com destaque para o continente africano), mas novos estudos apontam a necessidade de um olhar mais complexo para essa problemática (IBRAHIM, 2015; CORRALES, 2015). Nesse sentido, o estudo da política externa de países do Sul global como o caso de Angola pode trazer uma reflexão inovadora.

METODOLOGIA

O pesquisador realizará estudo bibliográfico dos estudos mais recentes sobre o desenvolvimento da agenda internacional de direitos LGBTI, definindo fases e estabelecendo os principais temas de disputa e arenas de discussão. Com o método qualitativo a partir de levantamento e análise dos discursos dos representantes dos países dentro dos debates das ONU e do CDHNU. Essa pesquisa será orientada tendo em conta os principais estudos da evolução do ativismo LGBTI e sua trajetória política até a recente atuação nos regimes internacionais de direitos humanos.

Em um segundo momento, se analisará a atuação dos países em desenvolvimento na agenda internacional de direitos LGBTI com ênfase nos organismos multilaterais de direitos humanos, como por exemplo, no Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas e nos debates da Assembleia Geral da ONU. Por meio de atas e das declarações públicas nesses eventos, documentos que estão disponíveis on-line, será feita uma análise histórica comparativa da posição desses países refletindo sobre sua evolução no tempo.

A pesquisa buscará definir as prioridades de política externa de alguns países em desenvolvimento, compreendendo até que ponto suas posições (progressistas e conservadoras) permanecem no tempo. Desse modo, um elemento importante da pesquisa é a avaliação da coerência das posições publicamente adotadas em relação as ações práticas desses países, assim como o grau de variação dessas posturas ao longo do tempo. Elaboração de um resumo sobre a História dos direitos LGBTI e sua trajetória política até a recente atuação nos regimes internacionais de direitos humanos, análise do discurso e possivelmente entrevistas semiestruturada com alguns integrantes da Associação Íris (Angola.)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se como resultado dessa pesquisa:

- Apresentação de resultados parciais da pesquisa em evento acadêmico por parte do orientando de iniciação científica;
- Entrar em contato com algum membro da Associação Íris;
- Trabalho de Conclusão de Curso ou na publicação de um Artigo aplicando os conhecimentos e métodos aprendidos ao longo da IC



CONCLUSÕES

Com as realizações das atividades mensais, elaborações de resumos das principais ideias com base nos principais autores e concorrentes que abordam a temática e o problema apresentados. A temática gira em torno de uma teoria-histórica em volta da História dos Direitos LGBTI no Sistema Internacional e suas diretrizes com os principais pesquisadores sobre a temática para melhorar compreensão do tempo e problemática em destaque.

Apesar da dificuldade em encontrar textos em língua portuguesa que abordam os direitos LGBTI em Angola, até o momento fez-se mapeamento e levantamentos teóricos, delimitando melhor as áreas de atuação e análise dos discursos dos dirigentes dentro da ONU e principalmente sobre a seus dizeres em relação aos direitos humanos. Por outro lado, passado no mestrado em outro Estado e nossa bolsista teve que antecipar a conclusão da graduação obtendo o status de formada. Com sua jornada encerrada na UNILAB, causando também seu desligamento com o projeto a vaga de bolsista ficou em aberto, e junto com orientador (levando em conta as regras do edital) decidimos escolher outro(a) bolsista para dar seguimento a pesquisa.

E assim a projeto continuou com outro bolsista dando seguimento a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a mim mesma por seguir firme e explorar novos horizontes, mesmo diante das tempestades.

Ao meu professor e orientador Magno Klein por ter me aceitado como aprendiz de um projeto de cunha importância durante os finais da minha graduação (Foi uma honra ser sua aluna e orientanda).

E por fim, agradeço também a UNILAB e ao Programa PIBIC/FAPESB pela oportunidade de sempre apoiarem e financiarem sonhos e projetos/ideias para assim tiramos do papel e colocamos em prática.

REFERÊNCIAS

- Corrales, Javier. "The politics of LGBT rights in Latin America and the Caribbean: Research agendas." *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 100 (2015): 53-62.
- International Gay and Lesbian Human Rights Commission 'Making the mountain move: An activists guide to how international human rights mechanisms can work for you' <http://www.iglhrc.org/sites/default/files/186-1.pdf> (accessed 30 January 2019).
- KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn. From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics. In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn. (Ed.) *Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms*. Minneapolis: University of Minnesota: 2002. pp. 3-23.
- LIND A. 'Out in IR: Why queer visibility matters', *International Studies Review* 16:4, December. Massoud M., 2003 'The evolution of gay rights in South Africa', *Peace Review* 15 :3. 2014
- SWIEBEL. J., 'Lesbian, gay bisexual and transgender human rights: the search for an international strategy', *Contemporary Politics* 2009.